



## **RESERVA BIOLÓGICA DO TINGUÁ: Reflexões sobre o território e zona de amortecimento.**

### **Autores:**

Felipe Loures Teixeira Neves - UFRuralRJ - felipe\_loures@hotmail.com

Adriana Soares de Schueler - UFRuralRJ - schueler.a@gmail.com

Luciano Muniz Abreu - UFRuralRJ - Imabreu@predialnet.com.br

### **Resumo:**

A reserva biológica do Tinguá criada em 1989, está inserida em meio a um conjunto de municípios que juntos integram uma população de mais de 2 milhões de habitantes. A região circunstante a reserva, recebeu grandes empreendimentos durante as décadas de 60/70. O crescimento da mancha urbana dos municípios ao longo das décadas, a demarcação da Zona de Amortecimento da reserva, a questão da identidade territorial e o conceito em relação a uma nova forma de perceber o meio rural no Brasil, podem revelar correlações na geração e agravamento de conflitos das mais diversas ordens no território. Associado a isso, a forma como as relações socioeconômicas se desenvolveram ao longo das décadas, permitem realizar algumas reflexões em relação a esse território, aparentemente marcado pela geração de conflitos e desigualdades das mais diversas ordens.

# RESERVA BIOLÓGICA DO TINGUÁ:

## Reflexões sobre o território e zona de amortecimento<sup>1</sup>

### 1. INTRODUÇÃO:

Pretende-se apresentar uma reflexão crítica, em relação a criação da Reserva Biológica do Tinguá em 1989, relacionando-a com eventos que possam ter incrementado a expansão da mancha urbana e geração de conflitos na região. Busca-se vislumbrar assim, algumas características que possam indicar diferenças e similaridades socioeconômicas e ambientais entre os municípios que estão na Zona de Amortecimento (Z.A), refletindo também sobre o conceito de território e a identidade territorial.

A Reserva Biológica do Tinguá, foi instituída com o decreto 97.780 de 3 de maio de 1989. Criada como forma de resguardar os aspectos ambientais de um considerável trecho remanescente de Mata Atlântica rico em fauna e flora, demarcando assim um território de 26.260 hectares como área a ser preservada (BRASIL, 1989).

A demarcação territorial da unidade de conservação abrange respectivamente; o Maciço do Tinguá, Serras da Estrela, do Macuco e do Couto, e integra uma pequena parcela dos municípios de Japeri, Miguel Pereira e Petrópolis e grande porção dos municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias. A figura (1) a seguir apresenta de forma gráfica a demarcação territorial e a Zona de Amortecimento<sup>2</sup> (Z.A):

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

<sup>2</sup> Segundo BRASIL (2000), a Lei do SNUC (2000) consolida no que tange a legislação brasileira em relação à proteção ambiental - nesse sentido o artigo 2º, XVIII estabelece assim a zona de amortecimento (Z.A) como um cinturão que visa proteger as unidade de conservação do efeito de borda.

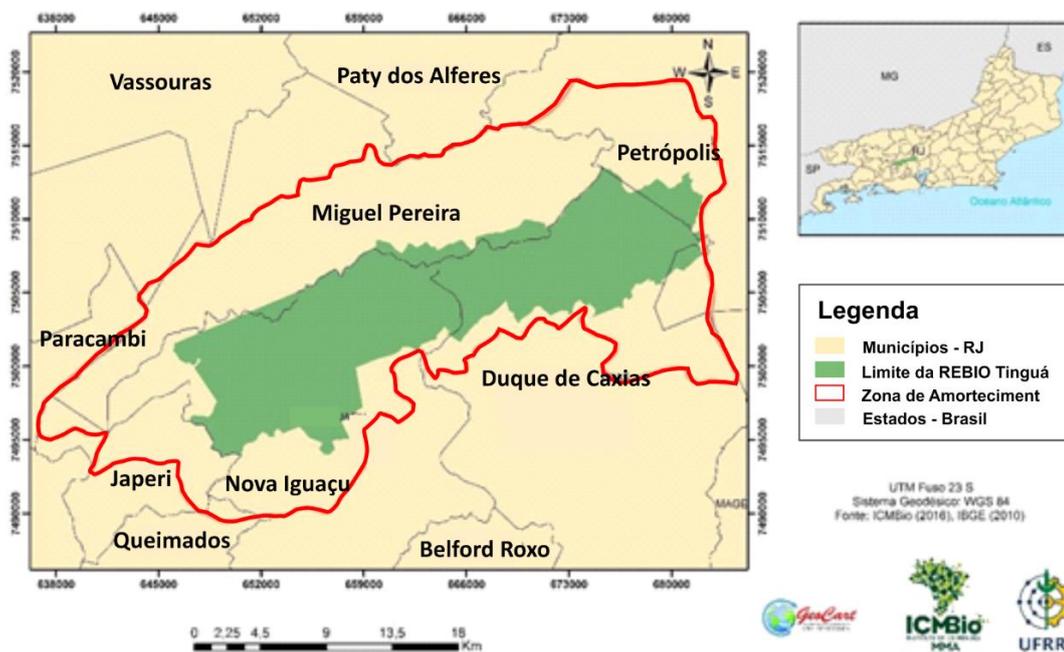


Figura (1) - Fonte: SILVA; SOUZA, 2017, p. 6765.

Com relação a população residente nos municípios limítrofes a reserva, segundo dados do IBGE (2017) em números representam respectivamente: Japeri – 101.237 pessoas, Miguel Pereira – 24.871 habitantes, Petrópolis – 298.235 habitantes, Nova Iguaçu – 798.647 habitantes, Duque de Caxias – 890.997 habitantes. Percebe-se um considerável contingente populacional na região, com destaque para Nova Iguaçu e Duque de Caxias que apresentam também relevante parte de seu território contido na Zona de Amortecimento.

Sob aspectos legais, a Rebio do Tinguá é definida como Unidade Federal de Proteção Integral a partir do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, gerida pelo ICMBio, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA (BRASIL, 2018). Por apresentar um considerável trecho remanescente de Mata Atlântica, essa como biodiversidade ameaçada, é considerada no Plano de Manejo da reserva como uma área *hotspot*<sup>3</sup>, com a conservação feita in situ da diversidade biológica, essa ao longo prazo e baseada no eixo fundamental do processo conservacionista. (BRASIL, 2006)

O plano de Manejo (2006), no entanto deixa evidente a impossibilidade de interferência humana direta ou indireta. Apresenta o argumento da defesa dos direitos de grupos sociais, porém sob aspectos legais estabelece grande rigidez no controle do território. Ressalta-se ainda a presença humana na região da reserva e áreas adjacentes, anterior ao ano de 1989.

É notório em unidades de conservação de diferentes categorias, conflitos das mais diversas ordens, esses geralmente associados a ocupação irregular do território, invasão, turismo ilegal, caça, pesca, extração de madeira, pela presença de grandes empreendimentos, entre outros. VARELA *et al* (2012, p.212) destacam os conflitos regulares na Rebio Tinguá : “

<sup>3</sup> Segundo BRASIL (2006), o conceito de *Hotspots* definido como uma área prioritária para a conservação. Essa disposta de rica biodiversidade e extremamente ameaçada, consideradas como as áreas mais importantes para se preservar a biodiversidade.

[...] existem diversos os conflitos na área da UC como o turismo, a caça ilegal, extrativismo vegetal, conflitos com a Petrobras, CEDAE, Furnas e aterros sanitário”.

A questão fundiária é ainda outro fator recorrente na geração de conflitos, associado geralmente em medidas legais impostas ao uso restrito e na ocupação da terra, ou mesmo na falta do título de propriedade da terra. A figura (2) - imagem aérea a seguir, apresenta a ocupação do solo - machas urbanas - próximo a Rebio do Tinguá. Ressalta-se que as áreas mais fronteiriças ou mesmo contidas na demarcação da zona de amortecimento, estão mais afastadas dos núcleos urbanos com melhor infraestrutura, onde ocorrem os conflitos mencionados anteriormente.



Figura (2) Demarcação da zona de amortecimento (Z.A) sob imagem aérea - Fonte: Edição do autor com base em imagem aérea GOOGLE (2018).

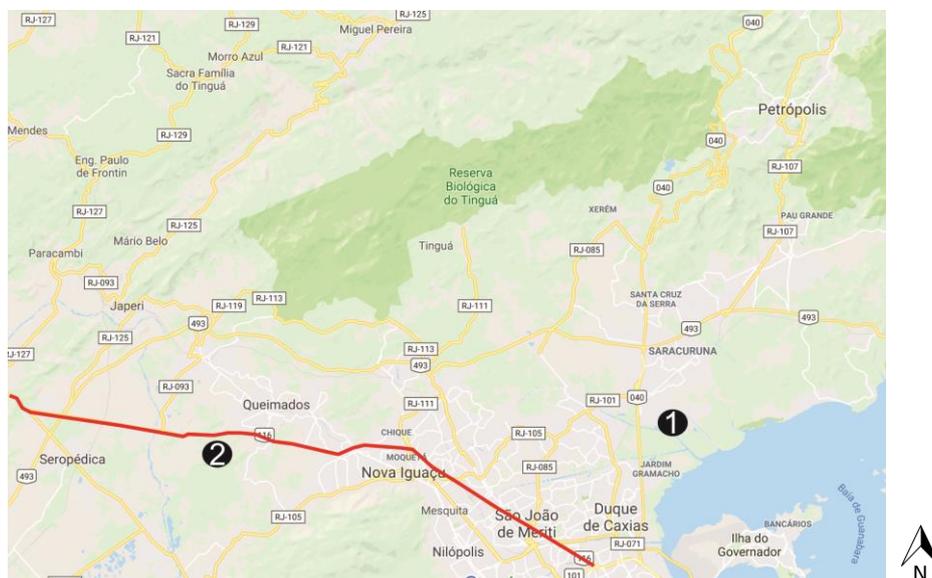
## 2. DENSENVOLVIMENTO:

Este trabalho apresenta ainda de que de forma ampla e sem maiores aprofundamentos, a presença de uma reserva biológica envolta por cinco municípios e localizada em uma região com um alto contingente populacional e ocupação do solo de forma espreada. Empreendimentos implantados nos anos 60/70 podem ter norteado o processo de

ocupação do solo, e permitido o agravamento ou intensificado diversos conflitos socioambientais. Sobre a criação da reserva em 1989, e a relação com os municípios circunstantes, considera-se pertinente mencionar o processo de expansão da mancha urbana no Brasil, considerando o fenômeno sobretudo a partir dos anos 60/70. Nesse sentido MONTE-MOR (2006) em um trabalho que aborda os aspectos da urbanização no Brasil, apresenta uma pertinente observação:

“ [...] a urbanização se estendeu virtualmente ao território nacional integrando os diversos espaços regionais à centralidade urbano-industrial...(...) desdobrando-se na rede de metrópoles regionais, cidades médias, núcleos urbanos afetados por grandes projetos industriais e atingindo, finalmente, as pequenas cidades nas diversas regiões, em particular onde o processo de modernização ganhou uma dinâmica mais intensa e extensa”.(MONT-MOR, 2006, p.12)

A expansão da urbanização, segundo o autor (2006) estendeu-se por metrópoles regionais, cidades médias e núcleos urbanos aliados a grandes projetos industriais. Nesse contexto, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Queimados integram o conjunto de Municípios que fazem parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e possuem em seu território expressiva ocupação do solo, com relevante proximidade aos limites territoriais da reserva biológica do Tinguá. Duque de Caxias sedia a REDUC, uma das maiores refinarias de petróleo do Brasil, iniciando as atividades em 1961. Posteriormente na região, observa-se ainda a criação do distrito industrial de Queimados<sup>4</sup> em 1976, e a duplicação da rodovia BR-116 com o trecho Rio de Janeiro – São Paulo (Rodovia Presidente Dutra). A figura (3) a seguir indica, a localização dos empreendimentos citados anteriormente.



\*sem escala

LEGENDA: (1) REDUC – (2) DISTRITO INDUSTRIAL DE QUEIMADOS – destacado em vermelho a BR 116.  
Figura (3) – Fonte: GOOGLE MAPS, 2018. (Editado pelos autores)

<sup>4</sup> O município de Queimados está contido na Zona de Amortecimento da Reserva Biológica, integra a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e faz divisa com os limites territoriais de Nova Iguaçu. A relevância do empreendimento as margens da BR 116 (Rodovia Dutra) e a proximidade a Nova Iguaçu, é relevante para a construção de uma reflexão sobre os processos socioeconômicos que ocorreram na região.

## 2.1 TERRITÓRIO E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS :

Ressalta-se inicialmente não ser o objetivo, discorrer sobre o crescimento econômico dos municípios próximos a reserva, necessitaria de uma ampla exposição e argumentação teórica além do mapeamento de demais empreendimentos de grande porte implementados na região<sup>5</sup> ao longo das décadas. Reserva-se em destacar inicialmente que uma parcela desse território experimentou as características identificadas no trabalho de MONTE-MOR (2006), onde reforça o argumento apresentado, ao mencionar que nos últimos 30 anos verificou-se uma urbanização extensiva que atingiu quase todo o país:

“ [...] iniciou-se partir das regiões metropolitanas articulando-se aos centros industriais, às fontes de matérias primas, seguindo a infraestrutura de transportes, energia e comunicações, criando e estendendo as condições de produção e os meios de consumo coletivo (...) urbanização extensiva que se impõe no espaço brasileiro para muito além das cidades, integrando espaços rurais e regionais ao espaço urbano-industrial através da expansão da base material requerida pela sociedade e economia contemporâneas e das relações de produção que são (ou devem ser) reproduzidas pela própria produção do espaço”. ( MONTE-MOR, 2006, p.16)

O modelo de urbanização mencionado, associado então a fatores econômicos e de infraestrutura, a exemplo obras como a REDUC - BR 116 – e Distrito Industrial de Queimados, nesse sentido incrementariam o crescimento econômico e urbano nas áreas adjacentes aos empreendimentos. O impacto dos mesmos sobre o território, com o crescimento da população ao longo das décadas, poderia ter possibilitado o incremento do processo de ocupação de áreas próximas a reserva (zona de amortecimento). Em casos de ocupação, espraiamento da mancha urbana no país, fatores geralmente identificados na literatura<sup>6</sup> estão associados ao valor da terra, ao longo de rodovias/ferrovias ou mesmo a ociosidade do solo em áreas mais afastada dos núcleos urbanos.

Para compreender melhor esse cenário, seria necessário dispor também de dados socioeconômicos desagregados sobre toda a região apresentada – reserva biológica e municípios, além de demais dados históricos. Tal processo implicaria portanto em uma ampla pesquisa a parte. Busca-se no entanto, vislumbrar algumas características iniciais que possam indicar possíveis diferenças socioeconômicas entre os municípios a fim de nortear algumas reflexões sobre os municípios e a reserva biológica. Ao analisar os dados do ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL (2010) figura (4), sobre o índice de desenvolvimento humano dos municípios próximos a reserva faz-se algumas observações:

---

<sup>5</sup> A construção de um mapeamento da região que considerasse ainda os aspectos econômicos, poderia revelar demais empreendimentos ocorridos ao longo das décadas, revelando se os mesmos incrementaram as dinâmicas socioeconômicas no território.

<sup>6</sup> Ver – SANTOS, 2005. A Urbanização Brasileira.

Espacialidades	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637
Duque de Caxias (RJ)	0,711	0,692	0,833	0,624
Japeri (RJ)	0,659	0,637	0,809	0,555
Miguel Pereira (RJ)	0,745	0,740	0,828	0,675
Nova Iguaçu (RJ)	0,713	0,691	0,818	0,641
Petrópolis (RJ)	0,745	0,763	0,847	0,639
RM Rio de Janeiro	0,771	0,796	0,839	0,686

Figura (4) - Fonte: ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2010.

Identifica-se pequenas variações de um município para outro, e há de se considerar que a extensão do território (reserva biológica e municípios), a taxa populacional entre outros fatores incidem diretamente sobre a leitura dos dados. Para alguns municípios os índices (IDHM – Renda – Longevidade – Educação) apresentam valores próximos, com exceção de Japeri que apresenta índices abaixo da média da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e dos demais municípios, o que poderia indicar aqui um estudo a parte para essa municipalidade. Necessitaria no entanto de uma análise posterior mais acurada, sobre a real condição de vida da população nos municípios mencionados, e principalmente entre os residentes próximos ou mesmo contidos na zona de amortecimento da reserva. Analisando ainda dados referentes ao percentual da renda apropriada da população mais pobre e mais rica, como apresentado na figura (5), percebe-se nesse caso um relevante contraste.

Espacialidades	Percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres	Percentual da renda apropriada pelos 40% mais pobres	Percentual da renda apropriada pelos 60% mais pobres	Percentual da renda apropriada pelos 80% mais pobres	Percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos	Percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos
	2010	2010	2010	2010	2010	2010
Brasil	2,41	8,59	19,23	36,60	63,40	48,93
Duque de Caxias (RJ)	4,52	13,86	28,17	49,07	50,93	34,63
Japeri (RJ)	5,25	15,61	30,65	52,70	47,30	31,63
Miguel Pereira (RJ)	3,79	11,16	22,15	39,56	60,44	45,52
Nova Iguaçu (RJ)	4,23	12,98	26,73	47,25	52,75	36,87
Petrópolis (RJ)	3,76	11,01	21,95	39,32	60,68	45,84
RM Rio de Janeiro	2,91	8,88	18,42	34,60	65,40	50,37

Figura (5) - Fonte: ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2010.

Nota-se que entre os índices de renda e os índices de desenvolvimento humano, sobressaem diferenças expressivas, evidenciando novamente a necessidade em empreender um estudo mais acurados sobre as diferenças socioeconômicas entre os municípios. A heterogeneidade socioeconômica da região, em meio a uma reserva tutelada pelo Estado pode indicar correlações profundas que poderiam nortear as relações conflituosas presentes na zona de amortecimento da reserva ou mesmo em todo território.

Nesse sentido é interessante notar a participação do Poder Público, que nos anos 60-70 possibilitou o aumento de índices diversos<sup>7</sup> –econômico/populacional/urbano em uma parcela da região, através da participação na construção de grandiosas obras – no caso REDUC, BR 116, Distrito Industrial de Queimados, impõe posteriormente rígidas medidas no controle de parte desse território – com a criação da Reserva Biológica em 1989. A proximidade de áreas urbanas e outras com características de uma “nova ruralidade<sup>8</sup>” à reserva biológica, somada aos conflitos existentes tenderiam a impactar as dinâmicas sociais e econômicas dos municípios. Cabe ressaltar nesse sentido, uma observação feita por GORENSTEIN (2015) em um trabalho sobre as transformações territoriais contemporâneas, desafios do pensamento latino-americano<sup>9</sup>. Para a autora, o conceito de região foi utilizado para os estudos de processos e fenômenos identificados no espaço, e dotados de recursos e fatores de produção fundamentais para o seu desenvolvimento. Apresenta nesse sentido, o papel de destaque do conceito da questão regional nos anos 60/70: “[...] a questão Regional dos anos sessenta e setenta do século anterior esteve basicamente associada às desigualdades no crescimento e desenvolvimento dos espaços subnacionais”.<sup>10</sup> (GORENSTEIN, 2015. p. 7).

Compreender assim as dinâmicas socioeconômicas que se desenvolveram nos municípios apresentados durante os anos 60/70, poderiam trazer indicativos que permitiriam fazer luz sobre as consequências da urbanização acelerada na região e mesmo os conflitos presentes hoje na zona de amortecimento - ou em demais partes do território. Com relação ao momento atual, é pertinente compreender as dinâmicas que se desenvolvem na gestão desse território, refletindo sobre o entendimento do mesmo e considerando ainda a proposta do desenvolvimento que considera os atributos de sustentabilidade. Tema esse amplamente em voga, e que exige no entanto um amplo debate, devido à complexidade e os inúmeros fatores que devem ser considerados. Desse modo, apresenta-se os aspectos que englobam as relações econômicas/sociais entre os municípios e a reserva, a partir da visão do uso do conceito de território para DELGADO *et al* (2007) onde a questão da urbanização acelerada incrementa a desigualdade:

“[...] a urbanização acelerada e a afirmação do poder econômico e social das grandes metrópoles que concentram uma parte cada vez mais significativa da população e da produção econômica (...) O conceito de território se encontra na intersecção dessas problemáticas e estratégias, de maneira específica ou combinada, uma vez que é geralmente concebido como uma escala de ação adequada para empreender políticas públicas diferenciadas, objetivando a reequilibragem social e territorial”. (DELGADO *et al* , 2007. p. 13)

O conjunto de municípios apresentados, possuem assim um elevado contingente populacional e apresentam uma macha urbana densa e espaiada. Para o autor (2007) no entanto, destaca que a questão do desenvolvimento territorial, requer o planejamento e

---

<sup>7</sup> Grandiosos empreendimentos são portadores de um grande potencial de organização e transformação do espaço - ver VAINER, 2007.

<sup>8</sup> O estado do Rio de Janeiro apresenta altos índices de Urbanização, IBGE (2010) apresenta para a Região Metropolitana valor em torno de 99,3%. Porém o que vem a ser considerado espaço urbano ou rural no Brasil adquiriu uma ampla discussão e ressignificação nas últimas décadas (ver - VEIGA, 2007). É pertinente destacar que na região, existem espaços próximo à reserva, constituídos de pequenos sítios, casas de campo e mesmo unidades familiares que trabalham com o cultivo do solo e criação de animais.

<sup>9</sup> Livre tradução - *Transformaciones territoriales contemporâneas. Desafíos del pensamiento latino-americano.*

<sup>10</sup> Livre tradução - *La cuestión regional de los años sessenta y setenta del siglo anterior estaba asociada básicamente a las desigualdades en el crecimiento y desarrollo de los espacios subnacionales.*

coordenação e articulação de diferentes iniciativas públicas que devem ser negociadas com os diferentes atores sociais que fazem parte do território em questão. Ressalta ainda que essa abordagem poderá permitir identificar várias dimensões de identidade no território, e que a própria política territorial aplicada será formadora de uma identidade. A abordagem territorial nesse sentido como tema amplo e complexo de construção, mas que para o autor (2007) tem possibilitado dar visibilidade a alguns atores sociais que já possuíam algumas condições positivas de reivindicação e participação. Nesse sentido, considera-se como parcelas sociais vulneráveis e que poderiam ser beneficiadas por reivindicação e participação aquelas residentes na zona de amortecimento da reserva.

Outro fator relevante a ser considerado, seria a articulação entre a reserva biológica, altamente regulada e as dinâmicas socioeconômicas dos municípios. BELLINGIERI (2017) nesse sentido em um trabalho de revisão bibliográfica sobre as teorias do desenvolvimento regional e local, apresenta uma interessante observação:

“ [...] mas o crescimento econômico, embora condição necessária, não é suficiente para o desenvolvimento. Há uma vastidão de estudos que mostram cidades cuja prosperidade econômica trouxe o chamado desenvolvimento, mas também problemas sociais, urbanos e ambientais ”. (BELLINGIERI, 2017, p.22)

O autor (2017) revela que ao considerar somente o crescimento econômico, poderia implicar na geração de problemas sociais, urbanos e ambientais e não seria capaz de sozinho promover o desenvolvimento. Uma ampla análise do território apresentado, seguindo a lógica exposta só faria sentido ao considerar a existência da reserva de forma integrada, permitindo assim reflexões que poderiam conduzir a ações que visariam integrar sem desequilibrar e fragmentar. Nesse sentido, o autor (2017) ainda argumenta sobre a questão do desenvolvimento local, pois não o considera como sinônimo de desenvolvimento municipal:

“ [...] o desenvolvimento local, conceito identificado com o paradigma do desenvolvimento endógeno, não se refere a uma escala geográfica determinada, mas, sim, a um território socialmente construído, podendo, portanto, remeter tanto ao desenvolvimento de uma cidade quanto ao de um grupo de cidades ou ao de uma região, embora muitas vezes acabe sendo utilizado como sinônimo de desenvolvimento de cidades ”. (BELLINGIERI, 2017, p.3)

BELLINGIERI (2017) apresenta assim um território que é socialmente construído e que pode ser plural, ao considerar um grupo de cidades, e que não se prende ao fator estabelecido por escalas. Nesse sentido entende-se a construção de um território que considera o espaço social, econômico e ambiental, que possa ser inclusivo, diversificado e menos rígido. Uma construção que possa englobar a reserva e os demais municípios limítrofes, considerando não só aspectos econômicos, mas todos aqueles que possam permitir reflexões e propostas diversas sobre a concepção da construção de um território que seja mais equânime e que aborde a noção de desenvolvimento em suas mais diferentes nuances.

## 2.2 NOVA RURALIDADE E IDENTIDADE TERRITORIAL:



A fim de apresentar uma reflexão sobre o território indicado, entende-se ser pertinente comentar sobre os espaços ocupados próximos a reserva - contidas na zona de amortecimento ou não, e com características de uma possível "nova ruralidade". Assim inicialmente apresenta-se os dados compilados por MOTA (2010). Nas tabelas apresentadas pelo autor (2010), considerando a participação do emprego formal no Brasil por ramo de atividade – e neste caso analisando o setor agropecuário, percebe-se que no caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, essa participação teve uma queda de 1,7 para 0,2, considerando os anos compreendidos entre 1989 e 2008. Em relação a distribuição do emprego formal por ramo de atividade na RMRJ, observa-se um incremento para os demais municípios de 21,7 para 37,1 compreendendo a mesma faixa de tempo.

TABELA 6 – RMs E DEMAIS MUNICÍPIOS: PARTICIPAÇÃO NO EMPREGO FORMAL NO TOTAL DO BRASIL POR RAMO DE ATIVIDADE

Municípios	AGROPEC.		EXTRAT.		TRANSF.		SIUP		COMERCIO		SERVIÇOS		C. CIVIL		ADM. PUB.		TOTAL	
	1989	2008	1989	2008	1989	2008	1989	2008	1989	2008	1989	2008	1989	2008	1989	2008	1989	2008
RM Belém	0,5	0,3	1,0	0,1	0,6	0,4	1,4	1,3	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,9	1,8	1,1	1,1
RM Fortaleza	2,0	0,4	0,9	0,7	1,5	2,0	2,2	1,3	2,0	2,0	1,7	1,7	1,7	2,1	2,4	2,1	1,8	1,9
RM Recife	1,0	0,5	0,4	0,6	2,0	1,3	3,1	3,7	3,1	3,0	2,4	1,9	2,9	2,6	3,0	2,5	2,6	2,2
RM Salvador	0,5	0,2	0,6	2,8	1,2	1,1	3,1	3,0	4,0	3,6	2,3	2,0	3,0	3,1	4,0	3,1	2,6	2,4
RM Belo Horizonte	2,5	1,5	12,4	4,9	3,7	4,0	7,4	7,0	8,7	8,3	4,4	4,2	5,6	5,6	5,5	5,4	5,1	5,0
<b>RM Rio de Janeiro</b>	<b>1,7</b>	<b>0,2</b>	<b>4,9</b>	<b>9,9</b>	<b>7,2</b>	<b>3,5</b>	<b>14,9</b>	<b>10,7</b>	<b>8,7</b>	<b>6,9</b>	<b>11,7</b>	<b>7,3</b>	<b>13,9</b>	<b>10,4</b>	<b>11,0</b>	<b>6,5</b>	<b>10,7</b>	<b>7,2</b>
RM São Paulo	2,0	0,9	4,6	2,8	28,6	16,2	13,8	13,8	23,2	16,1	18,6	15,8	21,5	22,0	16,8	12,6	21,5	16,6
RM Curitiba	0,6	0,6	1,6	1,2	2,1	2,7	4,8	5,2	3,8	2,5	2,5	2,6	3,0	3,0	2,3	2,4	2,5	2,7
RM Porto Alegre	1,0	0,3	1,2	0,6	4,8	3,5	3,5	3,2	2,8	2,5	4,2	2,8	4,0	3,4	4,5	3,0	4,2	3,1
<b>TOTAL das 9 RMs</b>	<b>12,0</b>	<b>4,9</b>	<b>27,6</b>	<b>23,6</b>	<b>51,5</b>	<b>34,8</b>	<b>54,1</b>	<b>49,2</b>	<b>57,4</b>	<b>46,0</b>	<b>49,0</b>	<b>39,5</b>	<b>56,6</b>	<b>53,4</b>	<b>51,3</b>	<b>39,4</b>	<b>52,1</b>	<b>42,1</b>
<b>TOTAL Demais Municípios</b>	<b>88,0</b>	<b>95,1</b>	<b>72,4</b>	<b>76,4</b>	<b>48,5</b>	<b>65,2</b>	<b>45,9</b>	<b>50,8</b>	<b>42,6</b>	<b>54,0</b>	<b>51,0</b>	<b>60,5</b>	<b>43,4</b>	<b>46,6</b>	<b>48,7</b>	<b>60,6</b>	<b>47,9</b>	<b>57,9</b>

FONTE: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Tabela (1) – Fonte: MOTA, 2010, p. 57. (Editada pelos autores).

TABELA 7 – RMs: DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR RAMO DE ATIVIDADE, SEGUNDO NÚCLEO METROPOLITANOS E DEMAIS MUNICÍPIOS

RM E CAPITAIS	AGROPEC.		EXTRAT.		TRANSF.		SIUP		COMERCIO		SERVICOS		C. CIVIL		ADM. PUB.		Total	
	1989	2008	1989	2008	1989	2008	1989	2008	1989	2008	1989	2008	1989	2008	1989	2008	1989	2008
<b>RM Belém</b>	<b>100,0</b>																	
Belém	89,5	62,7	89,6	50,6	71,5	59,8	99,8	95,1	89,1	76,5	90,1	78,2	93,2	87,0	97,4	92,1	91,3	84,6
Demais municípios da RM	10,5	37,3	10,4	49,4	28,5	40,2	0,2	4,9	10,9	23,5	9,9	21,8	6,8	13,0	2,6	7,9	8,7	15,4
<b>RM Fortaleza</b>	<b>100,0</b>																	
Fortaleza	45,8	38,7	88,3	40,1	76,0	52,1	98,9	92,0	97,4	90,6	96,8	89,3	94,6	87,7	95,1	84,8	90,3	80,1
Demais municípios da RM	54,2	61,3	11,7	59,9	24,0	47,9	1,1	8,0	2,6	9,4	3,2	10,7	5,4	12,3	4,9	15,2	9,7	19,9
<b>RM Recife</b>	<b>100,0</b>																	
Recife	42,9	37,5	26,7	70,1	37,0	37,7	87,5	71,5	87,1	70,4	82,8	70,6	85,9	67,7	88,5	78,7	75,9	67,4
Demais municípios da RM	57,1	62,5	73,3	29,9	63,0	62,3	12,5	28,5	12,9	29,6	17,2	29,4	14,1	32,3	11,5	21,3	24,1	32,6
<b>RM Salvador</b>	<b>100,0</b>																	
Salvador	91,0	51,7	55,0	59,8	38,1	33,4	90,1	83,6	83,9	71,7	91,1	79,6	91,0	76,4	93,3	84,9	85,0	75,2
Demais municípios da RM	9,0	48,3	45,0	40,2	61,9	66,6	9,9	16,4	16,1	28,3	8,9	20,4	9,0	23,6	6,7	15,1	15,0	24,8
<b>RM Belo Horizonte</b>	<b>100,0</b>																	
Belo Horizonte	19,1	19,3	16,9	16,7	34,3	26,4	93,3	91,1	84,4	71,8	68,2	54,0	77,9	72,2	89,0	81,2	70,3	64,0
Demais municípios da RM	80,9	80,7	83,1	83,3	65,7	73,6	6,7	8,9	15,6	28,2	31,8	46,0	22,1	27,8	11,0	18,8	29,7	36,0
<b>RM Rio de Janeiro</b>	<b>100,0</b>																	
Rio de Janeiro	78,3	62,9	75,9	88,5	77,6	64,3	89,7	82,1	87,0	72,0	76,3	67,3	86,2	79,5	90,9	83,0	84,2	76,2
Demais municípios da RM	21,7	37,1	24,1	11,5	22,4	35,7	10,3	17,9	13,0	28,0	23,7	32,7	13,8	20,5	9,1	17,0	15,8	23,8
<b>RM São Paulo</b>	<b>100,0</b>																	
São Paulo	68,2	37,8	40,4	40,0	58,5	47,6	89,8	64,6	85,9	73,4	77,7	67,4	78,0	71,5	92,6	85,6	74,0	68,6
Demais municípios da RM	31,8	62,2	59,6	60,0	41,5	52,4	10,2	35,4	14,1	26,6	22,3	32,6	22,0	28,5	7,4	14,4	26,0	31,4
<b>RM Curitiba</b>	<b>100,0</b>																	
Curitiba	67,6	18,0	8,3	8,2	66,7	47,8	98,5	92,7	94,0	60,9	84,7	73,7	82,8	82,5	91,9	84,3	82,2	73,2
Demais municípios da RM	32,4	82,0	91,7	91,8	33,3	52,2	1,5	7,3	6,0	39,1	15,3	26,3	17,2	17,5	8,1	15,7	17,8	26,8
<b>RM Porto Alegre</b>	<b>100,0</b>																	
Porto Alegre	77,9	29,7	39,3	26,0	24,5	19,2	52,4	63,5	75,8	58,1	64,7	52,1	75,1	66,0	83,7	80,4	60,1	56,0
Demais municípios da RM	22,1	70,3	60,7	74,0	75,5	80,8	47,6	36,5	24,2	41,9	35,3	47,9	24,9	34,0	16,3	19,6	39,9	44,0

FONTE: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Tabela (2) – Fonte: MOTA, 2010, p. 58. (Editada pelos autores).

Visto que o trabalho no entanto não apresenta dados desagregados para os municípios aqui mencionados, e uma vez que Petrópolis e Miguel Pereira não integram a RMRJ é pertinente apresentar alguns dados adicionais, que possam permitir a construção de reflexões sobre o setor agropecuário e a possível existência de uma “nova ruralidade” no território apresentado. Nesse sentido a Tabela (3) apresenta dados referentes ao PIB, nº de estabelecimentos agropecuários e pessoal ocupado no setor. Percebe-se no entanto que o PIB para o setor agropecuário quando comparado ao industrial é relativamente baixo, e em relação ao número de estabelecimentos e pessoal empregado não foi intenção compará-los com os demais setores – nesse sentido percebe-se que o setor agropecuário mesmo não tendo índices expressivos, emprega e seu entendimento é relevante em reflexões sobre as relações sociais e econômicas existentes nos municípios. A tabela (3) apresenta dados desagregados para os 6 municípios citados e considerados<sup>11</sup> neste trabalho - seria relevante no entanto para maiores desdobramentos de pesquisa, empreender um amplo mapeamento dos estabelecimentos agropecuários no território apresentado.

MUNICÍPIOS	PIB – (em reais)		NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS	PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS
	INDÚSTRIA	AGROPECUÁRIA		
JAPERI	196.140,09	5.274,22	284	572
MIGUEL PEREIRA	48.091,74	9.285,54	203	564
PETROPOLIS	2.672.218,98	52.882,45	768	2.165
NOVA IGUAÇU	1.725.799,22	6.846,33	576	1.172
DUQUE DE CAXIAS	8.060.287,88	12.928,78	388	1.157
QUEIMADOS	1.357.174,64	2.529,20	138	237

Tabela (3) - Fonte: IBGE CIDADES, 2015. Elaboração própria.

Considerando a alta taxa de urbanização da RMRJ indicada pelo IBGE como 99,3%, e visto a porcentagem do setor agropecuário dos municípios apresentados, não questiona-se os dados apresentados, porém empreende-se a construção de uma reflexão sobre a inserção desses municípios em um território com altos índices de urbanização, conflitos, proteção ambiental e porções do território que em um primeiro momento indicam a presença de características associadas ao conceito de uma “nova ruralidade”. Nesse sentido, MONTE-MÓR (2006) argumenta que as fronteiras entre os espaços urbanos e rurais a cada dia são mais difusas e de difíceis identificação, e apesar dessas características as cidades e o campo apesar de serem elementos sociais opostos também são complementares. A ressignificação dos espaços rurais apresentada por VEIGA (2007) argumenta que o Brasil é um país mais rural do que é apresentado, visto o modelo utilizado no levantamento e a compilação dos dados feita pelo IBGE. Porém não caberia questionar aqui a metodologia para esse recorte espacial,

<sup>11</sup> Seria pertinente empreender, um amplo estudo de mapeamento que pudesse analisar e demarcar de forma cartográfica de todos os estabelecimentos indicados. O estudo poderia revelar o tipo de relação dos mesmos, na construção socioeconômica desse território.

pretende-se, visto os questionamentos levantados nos últimos anos por diversos autores, refletir sobre como a população que reside em porções do território, poderia compreender sua concepção de identidade. WANDERLEY (2004) apresenta nesse sentido, uma interessante observação sobre a existência de imediações de grupos sociais que residem próximos a núcleos urbanos:

“[...] A existência de uma cidade – e mesmo de uma grande cidade – não implica, portanto, necessariamente, a “fragilização” de sua área rural; ao contrário, pode resultar no reforço e na continuidade do modo tradicional de vida rural. Mais do que isto, o bairro rural pode ter forças próprias, dentre as quais sobressai, justamente, a capacidade da população rural de incorporar os bens e serviços provenientes da cidade, sem, com isto, destruir suas estruturas tradicionais”. (WANDERLEY, 2004, p. 89)

A observação feita pela autora (2004), considerando a realidade brasileira, poderia permitir nesse sentido uma reflexão sobre o território entorno a reserva – a zona de amortecimento. O crescimento populacional dos municípios ao longo dos anos, os grandes empreendimentos na região a partir dos anos 60, considerando o espraiamento da macha urbana e alto índice de urbanização, poderia não ter sido suficiente para o fim de áreas rurais na região. Sendo no presente momento, quiçá resquícios de um passado de ruralidade, como forma de resistência ao processo modernizador e a criação da reserva em 89.

Uma outra observação também deve ser feita, em se tratando da questão ambiental, importante elemento na discussão desse trabalho. Nesse sentido FERREIRA (2002) apresenta uma relevante observação sobre a relação do meio rural e a questão ambiental:

“[...] No entanto, no Brasil, a legislação ambiental é menos restritiva ao uso das áreas rurais situadas fora de espaços de preservação ambiental e/ou menos aplicada. [...] Em áreas periurbanas, os problemas da água já mobilizam governos municipais e estaduais, ONGs, associações de produtores agrícolas, de moradores, Conselhos de Desenvolvimento Rural e outras entidades”. (FERREIRA, 2002, p. 37-38)

Para o recorte espacial apresentado, o rigor máximo da lei ambiental prevalece sobre o perímetro territorial da reserva – essa como área *hotspoted*. Na zona de amortecimento se faz presente a aplicação da legislação ambiental, porém em menor grau uma vez que tem por objetivo filtrar os impactos negativos das atividades que ocorrem fora da reserva.

Outra reflexão pertinente, referente a população que vive nos núcleos urbanos dos municípios apresentados, fora da zona de amortecimento, poderia permitir pensá-los como população urbana efetiva, devido a inserção em zonas com maior infraestrutura e próxima aos serviços, espaços de lazer, etc. Porém em relação aos que residem fora das centralidades com infraestrutura, em sítios ou mesmos em bairros mais afastados, em um primeiro momento esse entendimento não é muito claro. Entendimento esse sob a ótica da população residente, considerando a questão de sua identidade. Essa lacuna permite assim considerar uma reflexão sobre a existência de porções do território com características dessa “nova ruralidade”, o que leva a pensar também na questão da identidade que o ser humano tem de si, e como ele se relaciona com o meio onde reside.

Para PERICO (2009) a identidade de um grupo social vai se expressar diante de estímulos externos que os diferenciam uns dos outros, apontando que o território seria a melhor forma de unidade que poderia dimensionar os laços de proximidade entre as pessoas,

construindo assim uma territorialidade – essa como um esforço coletivo de grupos sociais que ocupam/usam/controlam e se identificam com o espaço físico onde residem. No entanto para FLORIANI *et al* (2013), aponta a necessidade de diversas maneiras de interpretação de realidade socioambiental em sua diversidade de ângulos/dimensões/variáveis, e na configuração de saberes e práticas locais e da natureza - sendo importante entender o modo de vida dessas comunidades e suas identidades sócio-territoriais. Assim um elemento de importante de reflexão para os autores (2013) está na questão da relação das periferias urbanas no território.

“[...] Na periferia, nos territórios relegados às margens do sistema-mundo, encontram-se as paisagens vernaculares, da diversidade socioambiental que, de uma maneira ou outra, buscam resistir à monocultura do pensamento tecnocientífico (fazendo referência à Vandana Shiva) - adaptando-se parcialmente à territorialização do mercado globalizado. Nestes termos, os territórios tradicionais apresentam paisagens com formas e conteúdos híbridos”. (FLORIANI *et al*, 2013, p. 83)

Visto a proximidade de áreas urbanas e outras que apresentam à primeira vista características dessa “nova ruralidade”, esse cenário espacial então híbrido presente no recorte espacial apresentado, associado as práticas e relações no setor agropecuário poderiam revelar-se também como uma forma de resistência de grupos sociais, que apesar de estarem inseridos próximos à urbanidade, lutam em manter sua identidade.

É importante lembrar nesse sentido que a participação do Estado em ações sobre o território, em princípio atuando na organização e transformação do espaço, e posteriormente na criação de um território altamente tutelado como a reserva biológica, leva no entanto a refletir também em uma relação que tende a gerar ou mesmo incrementar conflitos das mais diversas ordens – no caso apresentado os conflitos presentes na zona de amortecimento da reserva e possivelmente outros não mencionados aqui.

Considerando assim a posição ocupada no espaço social por parte de grupos sociais, que residem em áreas com vulnerabilidades – zona de amortecimento, compreendendo essa porção do território com um componente de identidade territorial não muito delineado. Parte-se assim para outra reflexão, essa a partir do pressuposto que a posição ocupada no espaço poderia revelar a posição social do sujeito, como relata BOURDIEU (2003). Supõe-se inicialmente que parcelas que vivem em áreas próximas à reserva (zona de amortecimento), além de sofrerem as sanções impostas por medidas legais, careceriam nesse sentido então de meios efetivos para poder dialogar perante ao Estado. Faltariam assim meios para garantir ou mesmo fazer valer direitos diversos, como a posse da terra por exemplo. O autor (2003) trata nesse sentido também da estabilidade de reagrupamentos devido a sua posição social no espaço e relata que:

“[...] reagrupamentos na estrutura do espaço construído, na base da distribuição do capital apresentam maiores probabilidades de serem estáveis e duradouros e que as outras formas de reagrupamento estão sempre ameaçadas pelas cisões, oposições ligadas às distâncias no espaço social”. ( BOURDIEU, 2003, p. 137)

Considerando assim o espaço social e as possíveis relações existentes, entende-se que quanto menor a posição ocupada, menor será a relação de “*poderes*” que o sujeito dialoga, como o autor (2003) apresenta na obra. Nesse sentido reflete-se sobre a capacidade dessa parcela da população conseguir fazer valer seus direitos, e nesse sentido maior seriam

as instabilidades socioespaciais no território – o que nesse caso poderia implicar/acentrar a existência de conflitos diversos. Essa relação, implica ainda em pensar no relevante papel da presença do Estado, onde imbuído de instituir e fazer valer leis estabelecidas e que então é capaz de regular relações diversas no espaço social.

A instabilidade social/econômica/política que pode surgir com os conflitos, a relação aparentemente não muito clara sobre a identidade de grupos sociais presentes, no sentido de se identificarem como população urbana ou rural, possibilita uma reflexão em relação a questão da participação social desses grupos na construção social, econômica e política desse território. Nesse sentido considerando o conceito da participação visto por BORDENAVE (1994) admite-se:

“ [...] a participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirma-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com demais homens, a autoexpressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar coisas e ainda a valorização de si mesmo pelos outros”. ( BORDENAVE, 1994, p. 16)

Caberia no entanto compreender se devido a posição desses grupos no espaço social, frente aos poderes municipais, estadual e federal, possuem de fato participação e como ela ocorreria na tomada de decisões que afetam a construção social/econômica/política/ambiental desse território. Nesse sentido, para o autor (1994) a frustração que advém da negação da participação proporciona uma mutilação nas relações sociais, indicando que o homem só desenvolveria seu potencial pleno numa sociedade que permita a participação de todos.

No entanto para DEMO (1986), esclarece que a participação não seria a ausência/superação/eliminação do poder, seria no entanto uma outra forma do mesmo. Na visão do autor (1986) a participação não seria estar presente em determinada situação quando solicitado, seja quando solicitado pela comunidade ou em outra situação qualquer. Seriam outras formas de intervir na realidade, e passariam por dois momentos cruciais; pela autocrítica - essa que proporcionaria reconhecer suas tendências impositivas - e pelo diálogo aberto com os interessados vistos agora não como objeto/clientela/alvo. Todo esse processo na visão de DEMO (1986), advém da conquista dos grupos sociais ao tratar dos canais de participação, e revela ainda a questão cultural como formação histórica da identidade comunitária, e o processo de conquista de direitos sejam esses de minorias ou assemelhados. Nesse sentido é importante o entendimento de como esses grupos sociais, que residem fora dos núcleos urbanos dotados de melhor infraestrutura, em áreas onde aparentemente prevalece essa visão de uma “nova ruralidade”, estão frente as forças governamentais e como compreendem a noção de identidade no processo de construção desse território.

O conjunto dos municípios apresentados, revelam assim um elevado contingente populacional heterogêneo, e apresentam uma macha urbana densa e espraiada. O uso do conceito do território sobre o recorte espacial, leva a crer então na incorporação de diversos fatores, entre esses a noção da identidade da população em relação ao local onde residem. No entanto dever-se considerar como essa parcela populacional se articula com os governos em nível municipal, estadual e também federal.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Atualmente o uso do conceito do território e a proposta do desenvolvimento que engloba aspectos sustentáveis, é visto como uma proposta viável e a ser seguida por muitos autores, estando assim amplamente em voga na construção e desenvolvimento dos espaços sociais. Para o caso apresentado, seria interessante considerar o entendimento de como são construídas as relações entre esse conjunto de municípios e a Reserva Biológica, considerando que nas décadas de 60/70 a região recebeu grandes empreendimentos, e no final da década de 80 deu-se a criação da mesma.

É visto como relevante, ressaltar o papel do poder público em suas diversas instâncias – Municipal, Estadual e Federal, uma vez que gerenciam os recursos econômicos, as políticas e leis que vão nortear a forma como cada parcela de uma região é articulada. Nesse sentido é visto como premissa, ter a busca de um território que possa ser integrado, para que assim possa permitir reflexões e propostas sobre as dinâmicas sócioeconômicas atuais, e que não despreze as implicações que as decisões do passado propiciou. É notório no entanto, que a preservação do meio ambiente com a criação de uma reserva, tem sua veracidade ao se considerar o cenário atual e as implicações que o uso massivo dos recursos no passado acarretou.

A sociedade cresceu notavelmente nas últimas décadas, ocupou inúmeros espaços estabelecendo sua cultura, seu modo de fazer e agir, mas o crescimento e a ocupação acelerada do solo em muitos aspectos indica ter sido negligenciado pelo Estado ou mesmo incrementado pela implementação de grandes intervenções no espaço. O uso do poder atribuído ao Estado, aplicado sob a forma de rígidas medidas legais – como o controle da reserva, mesmo ao utilizar o discurso da tutela ambiental parece implicar em uma série de conflitos e entraves. Esses parecem recair de forma incisiva sobre os residentes que ocupam posição de vulnerabilidade no espaço social – principalmente na zona de amortecimento da reserva e certamente em demais zonas periféricas dos municípios apresentados.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

\_\_\_\_.Decreto n. 97.780/1989, de 23 de maio de 1989. Cria a Reserva Biológica do Tinguá, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1989/decreto-97780-23-maio-1989-448393-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 10 maio. 2018.

\_\_\_\_.Lei n. 9985 , de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>>. Acesso em 20 de agosto. 2018.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL, 2010. Disponível: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso em: 20 de junho de 2018.

BELLINGIERI, Júlio César. *TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA*. Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XIX – V. 2 - N. 37 - Agosto de 2017 - Salvador, BA. p. 6 – 34.

BORDENAVE, J.E.D. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social gênese das classes. In: *O poder simbólico*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 133-161, 2003.

BRASIL, 2006. Ministério do Meio Ambiente, IBAMA. Plano de Manejo – Reserva Biológica do Tinguá-RJ. Brasília, 2006. Disponível em: [http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/rebio\\_tingua.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/rebio_tingua.pdf). Acesso em: 10 de maio de 2018.

BRASIL, 2018. Ministério do Meio Ambiente, ICMBio. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/oinstituio>. Acesso em: 13 de maio de 2018.

BRASIL, 2018. Ministério do Meio Ambiente, Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>. Acesso em: 13 de maio de 2018.

BRASIL, 2018. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, Unidades de Conservação - Mata Atlântica, Rebio Tinguá. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/mata-atlantica/unidades-de-conservacao-mata-atlantica/2143-rebio-do-tingua>. Acesso dia: 15 de maio de 2018.

BRASIL, 2018. Ministério do Meio Ambiente. SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/estr1.cfm>. Acesso em: 13 de maio de 2018.

DELGADO, Nelson Giordano *et al.* *DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E ATORES SOCIAIS*. Rio de Janeiro: Convênio IICA – OPPA/CPDA/UFRRJ, 2007.

DEMO, P. *Participação é Conquista*. Fortaleza: EUFC, 1986.

FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. PROCESSOS E SENTIDOS SOCIAIS DO RURAL NA CONTEMPORANEIDADE: INDAGAÇÕES SOBRE ALGUMAS ESPECIFICIDADES BRASILEIRAS. *IN: Estudos Sociedade e Agricultura*, 18 outubro de 2002: 28-46.

FLORIANI, N.; RIOS, F. T. e FLORIANI, D. Territorialidades alternativas e hibridismo no mundo rural: resiliência e reprodução da sociobiodiversidade em comunidades tradicionais do Brasil e Chile meridionais. In: *Polis revista latinoamericana*, vol 12, n 34, 2013.

GORENSTEIN, Silvia. *Transformaciones territoriales contemporáneas. Desafíos del pensamiento latino-americano*. In: *EURE*, vol. 41, n. 122, jan. 2015, pp 5-26.

IBGE, 2015. IBGE CIDADES. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/>. Acesso em: 15 de agosto de 2018.

IBGE, 2017. População estimada de Duque de Caxias. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/panorama>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

IBGE, 2017. População estimada de Japeri. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/japeri/panorama>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

IBGE, 2017. População estimada de Miguel Pereira. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/miguel-pereira/panorama>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

IBGE, 2017. População estimada de Nova Iguaçu. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-iguacu/panorama>>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

IBGE, 2017. População estimada de Petrópolis. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/petropolis/panorama>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

MAPS, Google. Reserva Biológica do Tinguá. Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-22.6163964,-43.4460779,25126m/data=!3m1!1e3>. Acesso dia: 28 de maio de 2018.

MONTE-MÓR, R.L. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. In. *Revista paranaense de desenvolvimento*. Curitiba: IPARDs, n. 111, 2006.

MOTA, Fernando César de Macedo. *INSERÇÃO EXTERNA E TERRITÓRIO: IMPACTOS DO COMÉRCIO EXTERIOR NA DINÂMICA REGIONAL E URBANA NO BRASIL (1989-2008)*. Tese (Elaborada para o concurso de livre-docência) – São Paulo; Universidade Estadual de Campinas, 2010.

PERICO, R. E. *Identidades e Territórios no Brasil*. Brasília: IICA, 2009.

SANTOS, M. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Ed. edUSP, Universidade de São Paulo, 2005. 5ª edição 171 p.

SILVA, Débora Quirino da; SOUZA, Gustavo Mota de. Análise exploratória através de estatística espacial: Um estudo de caso na reserva biológica do Tinguá. IN: *Os Desafios da Geografia Física na Fronteira do Conhecimento: XVII SGBFA e I CNGF*, v.1 2017.

VAINER, C. B. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. In: *RBEUR*, V.9, N.1 / MAIO 2007.

VARELA, Maria Silvia; LOPES, Andreia; FERREIRA, Maria Conceição; RITCHER, Monika. A Reserva Biológica de Tinguá (RJ) e a comunidade do entorno: Uma análise da relação a partir do conceito de percepção ambiental. IN: *Anais – Uso Público em Unidades de Conservação*, n. 1, v. 1, 2013.

VEIGA, J. E. da. Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos. In: *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. 2007.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. *OLHARES SOBRE O “RURAL” BRASILEIRO. RAIZES. Campina Grande*. V.23, n. 01 e 02. Jan-dez – 2004.